COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.780, DE 2009 **(Apenso o Projeto de Lei nº 4.781, de 2009)**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com vistas a disciplinar o exercício da docência de Sociologia no ensino médio.

Autor: Deputado MÁRIO HERINGER
Relator: Deputado ROGÉRIO MARINHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.780, de 2009, de autoria do nobre Deputado Mário Heringer, pretende alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para disciplinar o exercício da docência de Sociologia no ensino médio.

Para tal, a iniciativa acrescenta o art. 90-A à LDB, determinando que a docência da disciplina de Sociologia no ensino médio seja destinada, prioritariamente, aos licenciados nos cursos superiores de Ciências

Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, e, supletivamente, pelo período de quatro anos, aos bacharéis nestes mesmos cursos.

O PL estabelece ainda que o Poder Público amplie a oferta de vagas nos cursos de licenciatura em Sociologia e Ciências Sociais, com vistas ao atendimento do disposto no art. 36, IV, da LDB, que inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

A matéria tramita sob rito ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno desta Casa. Nesta Comissão de Educação e Cultura, não foram apresentadas emendas ao Projeto no prazo regimental.

O PL nº 4.780, de 2009, conta com uma proposição apensada, o PL nº 4.781, de 2009, também de autoria do Deputado Mário Heringer, que visa alterar a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, para atribuir competência exclusiva ao sociólogo no ensino de Sociologia.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Louvamos a justa preocupação do nobre Deputado Mário Heringer com a falta de licenciados em Sociologia para atuarem no ensino médio. O fato de termos professores não habilitados em Sociologia ministrando a disciplina é realmente inquietante com relação à qualidade dos conteúdos transmitidos aos alunos.

Nesse sentido, estamos de acordo com a alteração da LDB, sugerida pela iniciativa principal, o PL nº 4.780/09, no que tange a dar prioridade aos licenciados nos cursos superiores de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Porém, discordamos da proposta de estender essa prioridade aos bacharelados nos cursos superiores de

Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, mesmo que seja pelo interregno de quatro anos.

Isso porque, acreditamos, sirva para descaracterizar a vocação que os bacharéis tenham, embora possam eles se interessar efetivamente pelo ensino médio, quando da expansão do número de vagas para a docência na escola média e, nos termos propostos anteriormente, sejam eles forçados a obter o diploma da licenciatura no prazo de quatro anos.

Acreditamos também que o parágrafo único do artigo 90-A do PL nº 4.780/09 venha a resolver o problema da insuficiência numérica de licenciados para a mencionada docência, no longo prazo, inclusive nos estados do País onde só existe hoje formação acadêmica de bacharéis.

Quanto ao apensado PL nº 4.780/09, que altera a Lei nº 6.888/80, estamos de pleno acordo com a proposta, permitindo atribuir competência exclusiva ao sociólogo na atividade de docência da Sociologia, referindo-se agora aos vários níveis da educação formal.

Julgamos, porém, ser necessário proceder a dois pequenos ajustes na redação do PL nº 4.781/09. O primeiro diz respeito à alteração da linha c do art. 1º da Lei nº 6.888/90. A redação proposta para o inciso exclui os estabelecimentos não oficiais, mas reconhecidos pelo Ministério da Educação. Assim, propomos que a partícula aditiva “e” seja substituída pela partícula “ou”. O segundo ajuste, diz respeito ao emprego do termo “estabelecimentos” na forma plural, de forma a deixar o texto mais harmonizado com a redação original da Lei de 1980.

O último ajuste que propomos em nosso parecer visa incluir parágrafo único no art. 1º da Lei nº 6.888/80, de forma que, o registro profissional obtido com os diplomas de Sociologia, Sociologia e Política e Ciências Sociais venha suprir os requisitos de concurso ou processo seletivo que se refiram às ocupações de cientista social, sociólogo, antropólogo, politicólogo, politólogo ou cientista político, e a área das Ciências sociais puras e aplicadas.

A inclusão do parágrafo único no art. 1º da Lei nº 6.888, de 1980, se justifica em razão de os concursos públicos e outros processos seletivos realizados em todo o país, muitas vezes, não considerarem o diploma de Ciências Sociais como documento hábil para o reconhecimento da

competência desse graduado para o ensino de Sociologia, quando, na realidade, o curso de graduação em Ciências Sociais é o curso superior que forma sociólogos com a maior frequência no Brasil. Daí a importância da Lei nº 6.888, de 1980, fazer menção à equivalência dos referidos diplomas, como estamos propondo.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.780, de 2009, e de seu apensado, o Projeto de Lei nº 4.781, de 2009, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ROGÉRIO MARINHO
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.780, DE 2009

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para disciplinar o exercício da docência de Sociologia no ensino médio, e a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, para atribuir competência exclusiva ao sociólogo no ensino de Sociologia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 90-A:

“Art. 90-A. Em atendimento ao disposto no art. 36, inciso IV, a docência de Sociologia no ensino médio fica destinada, prioritariamente, aos licenciados com graduação nos cursos de nível superior em Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Parágrafo único. O Poder Público tomará as devidas providências para ampliar a oferta de vagas nos cursos de licenciatura plena em Sociologia e Ciências Sociais com vistas a criar as condições necessárias ao adequado atendimento do disposto no art. 36, inciso IV.” (NR)

Art. 2º Dê-se à alínea c do art. 1º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, a seguinte redação:

“Art. 1º

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena obtida em estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos;” (NR)

Art. 3º Acrescente-se ao art. 1º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, o seguinte parágrafo único:

“Art. 1º

Parágrafo único. O registro profissional obtido com os diplomas acima mencionados supre os requisitos de concurso ou processo seletivo que se refiram às ocupações de cientista social, sociólogo, antropólogo, politicólogo, politólogo ou cientista político, e à área das Ciências Sociais puras e aplicadas.” (NR)

Art. 4º Acrescente-se ao art. 2º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, o seguinte parágrafo único:

“Art. 2º

Parágrafo único. A competência disposta no inciso II é exclusiva do profissional de que trata o art. 1º desta Lei.” (NR)

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ROGÉRIO MARINHO
Relator